



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Classes sociais, geração e Serviço Social

Sub-eixo: Juventude

ENTRE A RACIONALIDADE NEOLIBERAL E A PESQUISA DE/PARA/COM JUVENTUDES: Notas sobre uma experiência investigativa em uma Perspectiva Contra-hegemônica.

GIOVANE ANTONIO SCHERER ¹
MARIANE DE CASTRO ECHER ²
MAURÍCIO DA SILVA CÉSAR ²
MONIQUE FERNANDES SILVEIRA ²

RESUMO

O presente artigo visa analisar a importância da produção do conhecimento no Serviço Social, com ênfase nas pesquisas de/para/com Juventudes, com o tema da mortalidade juvenil, observando o cenário contemporâneo brasileiro e as inflexões determinadas pelo sistema capitalista. Situando os desafios do conhecimento científico do Serviço Social, perante o avanço neoliberal e neoconservador.

Palavras chaves: Serviço Social; Racionalidade Neoliberal; Conservadorismo; Produção do conhecimento; Juventudes

ABSTRACT

This article aims to analyze the importance of knowledge production in Social Work, with emphasis on research from/to/with Youth, with the theme of juvenile mortality, observing the contemporary Brazilian scenario and the inflections determined by the capitalist system. Situating the challenges of scientific knowledge of Social Work, in

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul

the face of neoliberal and neoconservative advances.

Keywords: Social service; Neoliberal Rationality; conservatism; Knowledge production; youths

INTRODUÇÃO

Para tratar da produção do conhecimento de/para/com juventudes no Serviço Social, inevitavelmente, é preciso observar o cenário contemporâneo de profunda crise estrutural do capital (MÉSZÁROS, 2002). A realidade brasileira, marcada pelo avanço neoliberal e conservador, ressignificado a partir do pensamento ideológico pós-moderno em um cenário de globalização, impõe aos assistentes sociais inúmeros desafios, principalmente no que se refere ao campo das produções científicas. Soma-se a isso, as profundas mudanças decorrentes da pandemia global do novo coronavírus (SARS-CoV-2) que agravou ainda mais o contexto de crise com impactos sociais e econômicos, acarretando na acentuação das desigualdades sociais. Dessa forma, o metabolismo do Capital com sua essência cruel tem como consequências catastróficas, pois “destrói o trabalho e a humanidade, destrói a natureza, explora e oprime intensamente as mulheres, os negros e as negras, os/as indígenas” (ANTUNES, 2021 p.118).

Considerando esse panorama, observa-se que os ataques à educação e à ciência se relacionam ao projeto conservador da ordem dominante. As medidas adotadas neste cenário, são declaradamente contra o conhecimento científico, visto que, o conhecimento científico tem a capacidade de reproduzir na consciência aquilo que a realidade é de fato (LESSA, 2019), ou ainda, conforme Chauí (2000, p. 316), “desconfia das nossas certezas, de nossa adesão imediata às coisas, da ausência de crítica e da falta de curiosidade. A atitude científica vê problemas, aparências que precisam ser explicadas”. Conforme Netto (2009) a dimensão investigativa e crítica no Serviço Social se desenvolveu a partir do contato com a obra marxiana, se constituindo também como produtora do conhecimento no âmbito acadêmico, através das práticas em pesquisa. Sobre essa concepção, o presente artigo calcado no método Materialista Histórico Dialético Crítico, que conforme Tonet (2002, p. 128) “expressa a superação do modo de produção capitalista e na construção de uma

forma de sociabilidade que supera toda forma de exploração, de opressão e de dominação do homem pelo homem”. O presente estudo busca também, através das categorias do método, dar visibilidade para o debate acerca da importância da produção do conhecimento no Serviço Social, com ênfase nas pesquisas de/para/com Juventude, com o tema da mortalidade juvenil, observando o contexto político e econômico brasileiro, e as inflexões determinadas pelo sistema capitalista, assim como, os desafios ao Serviço Social na construção de produções científicas, que encontra-se em constantes ataques com o avanço da agenda conservadora. Diante deste desastroso cenário, de (des) governo negacionista, é importante o fortalecimento da categoria profissional pela resistência das áreas de ciências humanas e sociais, assim como, a defesa da ciência e da educação no Brasil.

O presente artigo busca colocar em evidência os desafios para a produção do conhecimento em Serviço Social diante do avanço neoliberal e neoconservador, situando a perspectiva crítica dos estudos de juventude. O texto é subdividido em dois itens: em um primeiro momento é contextualizado o cenário contemporâneo para a ciência brasileira, analisando o necessário empenho em contrapor à racionalidade neoliberal e o avanço neoconservador que vem afetado, de forma ímpar, a produção do conhecimento em Serviço Social. Em um segundo momento busca-se compreender a perspectiva dos estudos de/para/com as juventudes, situando o desenvolvimento de uma pesquisa de um grupo de estudos que aborda o tema das juventudes em parceria com um movimento social. Nesse item, a proposta é demonstrar o processo de construção de conhecimento, e as possibilidades de estabelecer processos contra hegemônicos ao cenário atual. As considerações finais do texto situam a necessidade de tais processos diante de tempos de erosão do pensamento crítico.

1. A CIÊNCIA DIANTE DO CONSERVADORISMO E DA RACIONALIDADE NEOLIBERAL: Desafios ao Serviço Social.

O cenário político-econômico Brasileiro atual, impulsionado no período recente pela ascensão de um governo de extrema direita, é nitidamente marcado por um avanço do pensamento neoconservador aliado a uma racionalidade neoliberal.

Segundo Souza; Richter e Souza (2022) historicamente o conservadorismo nasceu em oposição ao liberalismo por ser um movimento de crítica ao ideário político, teórico e filosófico advindo da Revolução Francesa. A dispensa dos princípios democráticos e do estado de direito é o elo que une essas duas racionalidades inicialmente contrárias, em uma só “corrente”, no entanto, a especificidade do conteúdo a ser negado é aquele que aponta para a perspectiva de igualdade ao mesmo tempo deve se opor a noção de liberdade, pois tanto para o pensamento conservador quanto o liberal, qualquer referência moral de igualdade estaria infringindo a noção de liberdade (DOMBROWSKI, 2021).

Vale destacar que a Igualdade defendida pelo pensamento conservador tem vinculação com as relações de propriedade e o pensamento neoliberal defende que o estado não deve intervir no combate às desigualdades, pois a desigualdade é entendida como algo natural, fazendo com que estas duas racionalidades caminhem em uma mesma direção. Para Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo é o fundamento de uma racionalidade e a razão do capitalismo contemporâneo, ao mesmo tempo transcende, uma política econômica ou uma ideologia, pois como uma racionalidade tenta estruturar e organizar a ação dos governantes, a conduta dos submetidos a eles, moldando a subjetividade dos indivíduos. Assim, “o neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.15). Deste modo, a generalização da competição é entendida como uma relação social “natural”, que leva os indivíduos a agirem em concorrência em todos os níveis e de acordo com o modelo de mercado, dificultando a organização dos trabalhadores enquanto classe.

Nesse aspecto, como registrado, o neoliberalismo subordina valores ligados ao individualismo como representação de sucesso, ou seja, reforça a ideia do esforço individual sem a análise da realidade em sua dimensão de totalidade, colocando sobre os sujeitos responsabilidade de seus êxito e de seu fracasso justificando a desigualdade social. Outro ponto a ser indicado, é de que, o neoliberalismo enquanto uma capacidade de racionalidade, não sendo apenas uma política, impõe aos governos que operem as mais diversas mudanças no intuito de

vincular as muitas esferas da vida e os muitos saberes a lógica de mercado (LAVAL, 2019). Nesta problemática, a educação assume o lugar de atender aos pressupostos do neoliberalismo, através de elementos que possam oferecer garantias ao próprio Estado e aos empresários, uma educação que responda às necessidades do mercado de trabalho capitalista

No último período houve um grande desinvestimento na educação de modo geral, a cada ano foram reduzindo os orçamentos destinados à manutenção e expansão do ensino no Brasil. Para Silvestre et al. (2022) a redução progressiva dos orçamentos destinados à educação são instrumentos que contribuem para que a educação seja cada vez mais individualizada, segregando as classes sociais e consolidando a agenda neoliberal dos últimos anos. Outro fator que favorece a lógica neoliberal é a implementação de reformas, mais fortemente a partir do governo de Michel Temer (2016-2018), essas reformas vão ao encontro dessa racionalidade, entre elas está a Reforma do Novo Ensino Médio (NEM), Lei nº 13.415 (2017), que modificou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Lei nº 9.697 (1996), a referida lei retira a obrigatoriedade de ensino por áreas do conhecimento, como as Linguagens e suas tecnologias, Matemáticas e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias e Ciências Humanas Sociais e aplicadas, tornando obrigatória apenas as disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática, assim o ensino médio assume um caráter de uma formação técnica e profissional (SILVA; MORAES, 2022). O impacto dessas mudanças na estrutura dos currículos e do desinvestimento na educação se reflete não só na piora da qualidade do ensino com uma formação voltada para atender aos interesses do mercado, mas ameaça a manutenção e a continuidade de existência dessas instituições, assim criando diversas barreiras para que os sujeitos possam ter acesso a uma formação crítica, da mesma forma, impossibilitando com que possam a aquisição de diversos conhecimentos produzidos pela humanidade ao longo de um vasto período de tempo.

Em relação à produção de conhecimento na área de Serviço Social tem sido fundamental para desvendar os desafios postos à profissão. Além disso, auxilia na formação e no trabalho profissional, bem como na construção de conhecimentos

voltados para o fortalecimento das políticas e direitos sociais. Ou seja, a produção de conhecimento da área vem contribuindo para a crítica da sociedade capitalista, bem como da profissão, sobretudo, no contexto brasileiro. Portanto, essa crítica, construída no protagonismo da categoria de assistentes sociais, auxiliou na formulação de um amplo patrimônio intelectual, político e interventivo. Dessa maneira, a defesa desse patrimônio nos desafia, enquanto Assistentes Sociais formados e em formação, numa conjuntura marcada por profundos retrocessos, em que se visualiza o conservadorismo na sociedade e na própria profissão. Percebe-se, assim, necessário fortalecer resistências pelos direitos e pela própria democracia (LEWGOY, MACIEL; 2021).

Para Lewgoy e Maciel (2021), atualmente, observa-se o avanço do questionamento da ciência, no qual o conservadorismo e o autoritarismo se alastra na tentativa de sufocar o pensamento crítico. Assim, percebe-se que é importantíssima a necessidade de análise acerca da produção de conhecimento no Brasil, mais especificamente, àquela compreendida como produção científica, que é capaz de contribuir, em diversos âmbitos, com as necessidades da população brasileira.

A pesquisa torna-se disciplina obrigatória na formação profissional dos assistentes sociais somente em 1982. Embora este fato algumas escolas, departamentos ou faculdades já inseriram em seus currículos a metodologia da pesquisa. Pelo menos esta foi minha experiência na Escola de Serviço Social da PUC-SP na década de 60 do século 20 (SPOSATI, p.17, 2007).

Especialmente, a produção de conhecimento na área de Serviço Social se constituiu como espaço estratégico de adensamento teórico-metodológico e ético-político na perspectiva de consolidação do projeto profissional, sobretudo, àquele hegemônico pela categoria após o Movimento de Reconceituação (LEWGOY, MACIEL; 2021). Para Sposati (2007), é a partir do processo de reconceituação e da construção da identidade social latino-americana do Serviço Social que a própria profissão repensa e questiona sua cientificidade europeu-americana. Esse processo se fortalece com a implantação de cursos de pós-graduação na década de 1970. É numa instituição privada (PUC-SP) onde se iniciou a construção da pós-graduação em Serviço Social, que posteriormente, passou a titular mestres e doutores, consolidando-se em órgãos oficiais no campo do Serviço Social a área de estudo e pesquisa

(SPOSATI, 2007).

Considerando o espectro da reforma do Estado e da política neoliberal que caracteriza o momento presente, a produção de conhecimento, mais precisamente, a graduação e a pós-graduação de Serviço Social, após o movimento citado, não está alheia à crescente consolidação de grandes oligopólios na disputa pelo domínio do mercado da educação, que toma espaço, com mais ênfase, na cena contemporânea. Uma disputa que tem seu cerne na educação oferecida à distância, resultando, assim, na precarização do ensino. Medidas essas de precarização - à exemplo deslocamento de recursos públicos para o setor privado - que tinham ênfase no ensino da graduação, estendem-se para os cursos pós-graduação e para a pesquisa em geral. Dentre seus resultados, está a lógica de desfinanciamento da educação, sobretudo, a pública e gratuita. Assim, sobressaem os meios ideológicos, políticos e jurídicos que convergem para consolidar condições precarizadas da produção de conhecimento (LEWGOY, MACIEL; 2021).

o enraizamento científico da produção do conhecimento em Serviço Social, orientado pela direção social contra-hegemônica, confere um locus de legitimidade à pesquisa em Serviço Social, embora o processo de legitimidade-legitimação seja contínuo em suas relações externas, interdisciplinares e institucionais (SPOSATI, 2007).

O reconhecimento da pesquisa no Serviço Social no CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) e na CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) foi e ainda é resultante de inúmeras lutas como, por exemplo, a consolidação de um coletivo de pesquisa em Serviço Social dentro da ABEPSS (Associação Brasileira de Pesquisa e Ensino em Serviço Social) (SPOSATI, 2007).

O atual contexto de limites e contradições desse (des) governo, evidencia em suas ações políticas, um escasso debate científico sobre as expressões da vida social em nosso país, com destaque ao próprio debate de desigualdade social, que na formação sócio-histórica brasileira, está vinculada à raça, à etnia e às relações entre os gêneros. Evidenciando-se, uma profunda desigualdade no processo de naturalização e negação das áreas de conhecimento vinculadas às ciências humanas e sociais. Ciências essas, que abordam não coincidentemente as desigualdades sociais, mas com dever de construir formas de enfrentamento das

mesmas (LEWGOY, MACIEL; 2021).

Não raramente, o corpo e ambiente acadêmico é acusado de ataque à “moralidade e aos bons costumes”. Além disso, esse mesmo (des) governo enfatiza a produção de conhecimento vinculada à tecnologia em detrimento à necessária vinculação do conhecimento às necessidades humano-sociais. Tal ênfase não ocorre por acaso, sendo essa uma das expressões do pensamento conservador. Assim, percebe-se, ainda mais, importante o fortalecimento da categoria em prol de resistências, a fim de assegurar a sobrevivência das áreas de ciências humanas e sociais em nosso país (LEWGOY, MACIEL; 2021). Para tanto, a Pós-Graduação conta com dezenas de cursos instalados em diversas universidades no país. Tais cursos possuem núcleos de pesquisa com relações estruturadas. No entanto, percebe-se uma frágil comunicação nacional entre a comunidade científica da categoria uma vez que não está constituída uma rede ampla e consolidada entre os cursos, sendo essa uma lacuna e um desafio a ser pensado pela categoria (SPOSATI, 2007).

Para Lewgoy e Maciel (2021), os desafios no tempo presente são imensuráveis e difíceis, no entanto, é preciso resistir ao individualismo, ao imediatismo e ao produtivismo que destitui a direção social da produção de conhecimento e da pesquisa na área das ciências humanas e sociais. Tendo em vista o contexto de muitas incertezas agravado pela pandemia do Covid-19, aprofundou-se ainda mais as diversas expressões da questão social, como as desigualdades, impactando negativamente na pesquisa.

Esse cenário de mudanças imediatistas, constitui-se como mais um desafio na luta pela garantia do ensino de qualidade, ao reconhecimento da função social da universidade e a defesa pela democracia. Portanto, é urgente o fortalecimento da categoria profissional para o enfrentamento das formas atuais de dominação do capital, enquanto movimento de resistência, a favor da afirmação da pesquisa e da produção de conhecimento.

2. A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO DE/PARA/COM JUVENTUDES: Notas sobre Experiência contra-hegemônica à lógica da Reificação dos Sujeitos da Pesquisa.

Como debatido do item anterior, a racionalidade neoliberal subordina a produção de conhecimento aos interesses do mercado em todas as áreas do saber, para isso a lógica produtivista vem assumindo destaque na produção do conhecimento e na formação pós-graduada no Brasil e no mundo. Um dos reflexos do atual momento se expressa na descontinuidade de pesquisas e no fechamento de Programas de Pós-graduação que não estão a serviço do mercado. Na análise de Rego (2014), o produtivismo acadêmico é compreendido como obrigação de gerar publicações, como indicador praticamente exclusivo para a avaliação da produção científica e da qualidade do pesquisador. A produção de saber, nesse sentido, se submete a uma racionalidade utilitária e pragmática, transformando a universidade em um ambiente adoecedor onde predomina o pragmatismo e, com ele, a utilidade alienante a que se submete grande parte dos pesquisadores (REGO, 2014).

A lógica produtivista acarreta na produção de pesquisas mais voltadas para o alcance de métricas institucionais do que para reverberar no cotidiano das pessoas, na perspectiva de se constituir em um subsídio substancial para a análise da realidade e para produzir efeitos no cotidiano dos sujeitos. Ao estarem a serviço do mercado, reifica os participantes e toda a sociedade, transformando-os em simples meios para o alcance de objetivos numéricos. O desafio de áreas como o Serviço Social é construir espaços de contra hegemonia a essa lógica, sem, evidentemente, negar essa realidade devido à relativa autonomia que os pesquisadores³ possuem em relação à gestão da ciência nesse país.

Produzir conhecimento contra hegemônicos à racionalidade utilitarista e reificada da ciência mostra-se fundamental na perspectiva da materialização do Projeto Ético-Político do Serviço Social em tempos de avanço neoconservador. Como refere os autores Teixeira e Braz (2009) à produção de conhecimentos no interior do Serviço Social é um dos componentes que objetivam e expressam na realidade o Projeto Ético-Político do Serviço Social. Tal produção do conhecimento tem como compromisso analisar o movimento do real, distanciando da lógica da miséria da razão, nos termos de Coutinho (1972); buscando a análise do real em movimento

³Compreende-se aqui como pesquisadores todos os sujeitos que visam analisar o real e produzir conhecimento sobre o mesmo, não se reduzindo ao meio acadêmico.

histórico e se constituindo em uma forma de conhecimento que possa contrapor a lógica alienante e alienador reproduzida pelas ideologias burguesas.

Esse movimento mostra-se muito desafiador quando analisamos a produção do conhecimento em Serviço Social sobre o tema “juventudes⁴”, uma vez que esse tema não vem se consolidando na produção do saber com densidade. Sposito (2009), ao analisar o *estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)*, revela a escassa produção teórica do Serviço Social sobre juventudes para além do recorte da adolescência. Segundo a autora a produção acadêmica do Serviço Social vem concentrando sua produção em adolescentes afetados por processos de violações de direitos, analisando limites e vicissitudes contidas na implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente após a sua promulgação, em 1990, com poucas produções sobre juventudes para além da adolescência.

Passados mais de uma década dos estudos de Sposito (2009) ainda se percebe a persistência dessa baixa produção de conhecimento no âmbito do Serviço Social acerca do tema das juventudes. Tal afirmação pode ser constatada em um levantamento realizado pelo Grupo Temático em Pesquisa – GTP “Serviço Social, Classes Sociais e Geração”, vinculado à Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, que buscou mapear pesquisadores da área de Serviço Social que produzem conhecimento acerca dos temas: infância e adolescência, juventude e envelhecimento, por meio de um questionário online aplicado nos meses de maio e julho de 2021⁵. Constatou-se que o tema das juventudes tem a menor incidência entre os temas das gerações na área de Serviço Social, sendo que 58,3% dos pesquisadores têm como foco de estudo infância e adolescência, 25% o tema do envelhecimento e 16,7% juventude. Isso se reflete, também, na análise de trabalhos inscritos em eventos próprios da área de Serviço Social como Congresso Brasileiro de Serviço Social – CBAS e Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social

4O conceito de juventudes adotado aqui se refere está em conforme a Lei 12.852, de 5 de agosto de 2013, que institui o Estatuto da Juventude, onde são considerados jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade. Apesar de reconhecer a importância da determinação etária, especialmente na formulação de políticas sociais, considera-se o conceito de juventude como uma construção social. Conforme Novaes (2006) ao olhar para o contexto da juventude e ao analisar o nosso tempo e a nossa cultura, a definição de “ser jovem” reflete disputas nos campos político e econômico.

5O formulário foi encaminhado para 72 pesquisadores que são coordenadores de grupos de estudos sobre o tema das gerações, além da divulgação nas redes sociais da ABEPSS, contando com 12 respondentes.

– ENPESS, onde o tema da juventude se constituiu como a temática de menor incidência nos trabalhos apresentados nos eixos que debatem o tema das gerações. A baixa densidade dessa produção gera um duplo problema: de um lado poucos subsídios para os profissionais trabalharem em seu cotidiano com as juventudes, público prioritário em várias políticas públicas, invisibilizado de inúmeras formas e que vivenciam diversos reatamentos da questão social. Por outro lado, a pouca densidade das produções abrem caminho para diálogo com outras áreas do conhecimento que possuem como norte epistemológico divergente ao materialismo histórico-dialético, podendo desaguar em perspectivas ecléticas no âmbito da produção do saber, que poderão levar a reprodução de vieses conservadores na análise do tema. Como refere Scherer (2017) a produção teórica de juventude na realidade brasileira possui predominância do pensamento pós-moderno, que acarreta análises fragmentadas, fetichizadas e conversadoras da realidade.

Nesse contexto, mostra-se fundamental a análise da realidade da juventude brasileira que possa contribuir com o avanço da proteção social para esse segmento social, a partir da construção de subsídios para a análise da realidade de forma crítica. Outro desafio reside na perspectiva de construir conhecimentos “de/para/com” juventudes, isso é: voltadas para a análise da realidade desses sujeitos (de); que possam contribuir de forma efetiva na sua realidade concreta (para) e que possam envolver esses segmentos sociais na perspectiva da participação e do protagonismo desse segmento social (com). Calcados nesse direcionamento, foi construído um projeto de pesquisa que buscou compreender a forma mais perversa de violência que a juventude vem vivenciando: a violência letal. A investigação foi construída por um grupo de estudos vinculado a uma universidade federal do Sul do Brasil articulado com um movimento social na direção da construção do conhecimento que pudesse contribuir para com subsídios e políticas públicas para a juventude.

A investigação acerca da mortalidade juvenil mostra-se fundamental diante da conjuntura atual, uma vez que, segundo Muggah e Pellegrino (2020), o Brasil apresenta mais registros de mortes do que todos os ataques terroristas entre os anos de 1997 e 2018 em todo o mundo. Muggah e Pellegrino (2020, p. 13) referem

que o Brasil é um dos países que mais mata seus adolescentes e jovens, sendo o país que “registra a segunda maior carga mundial de violência homicida no mundo entre jovens”. Os homicídios registrados ao longo dos anos são algumas das diversas características que evidenciam a desproteção social a que estão expostos alguns segmentos sociais na sociedade. As juventudes brasileiras, sendo um desses segmentos, são diariamente vitimadas por homicídios, e demonstram o aumento expressivo a cada ano (WAISELFISZ, 2016; CERQUEIRA, 2018; 2019; MUGGAH e PELLEGRINO, 2020).

Diante dessa realidade, universidade e um movimento social uniram esforços na construção de um estudo que pudesse munir de argumentos científicos a luta pela proteção social juvenil, em tempos de avanço neoconservador e neoliberal. O grupo de estudos a qual o estudo foi desenvolvido se constitui como um dos espaços de produção de conhecimento dedicado à discussão e produção científica acerca de diversos debates relacionados às juventudes, em especial, no que tange a análise das expressões da questão social que esse segmento social vivência e as políticas públicas voltadas para esse público. Tendo como perspectiva de análise o método dialético-crítico, o referido grupo de pesquisa busca compreender em profundidade os fenômenos vivenciados por essas juventudes e como, esses jovens, são impactados pela lógica de produção e reprodução do capital, em especial, a partir dos avanços neoliberais e neoconservadores que trazem consigo rebatimentos particulares para esse segmento social, não só no Brasil, mas em toda América Latina. Está vinculada a um programa de pós-graduação em Política Social e Serviço Social de uma universidade federal do sul do Brasil.

O movimento social que desenvolveu conjuntamente com esse grupo de pesquisa se chama *Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil– FEMJUV*, formado por grupos juvenis e profissionais que estão vinculados às políticas públicas ligadas à Assistência Social, a Saúde, ao Atendimento Sociojurídico, a Previdência Social e a Educação, dentre outros. Nesse sentido, constitui-se enquanto um espaço de articulação entre a sociedade civil e o poder público para pensar de maneira coletiva, propostas que possam realizar o enfrentamento à mortalidade juvenil no Rio Grande do Sul, desde agosto de 2016. A presente Frente tem por objetivo dar

visibilidade à mortalidade de jovens na cidade de Porto Alegre, bem como propor ações que consigam fazer o enfrentamento a essa realidade. Os participantes da frente relatam diversas formas de violação de direitos que as juventudes vivenciam em seu cotidiano, bem como, um intenso processo de mortalidade juvenil que, muitas vezes, passam despercebidos diante da opinião pública.

Desse modo, um dos eixos centrais de atuação da Frente de Enfrentamento à Mortalidade Juvenil é justamente voltar-se à visibilidade destes jovens não como sujeitos perigosos, mas sim como sujeitos de direitos que vêm sendo atingidos brutalmente pela violência estrutural. Para, além disso, tem também por objetivo pensar de maneira coletiva propostas que possam realizar o enfrentamento à mortalidade juvenil no município a partir de seminários, conferências, espaços de formação e qualificação profissional, pesquisas, produção de conhecimento, sugestões às políticas públicas de juventude, entre outros.

A proposta da investigação nasce por meio do diálogo coletivo grupo de pesquisa e universidade na construção de um projeto de investigação que pudesse trazer respostas na perspectiva de subsidiar políticas públicas de enfrentamento à mortalidade juvenil. A investigação foi possível de ser realizada por meio do financiamento público mobilizado por meio do edital ARD/2019 da *Fundação de Amparo à Pesquisa no Rio Grande do Sul – FAPERGS* que possibilitou os aportes⁶ para a execução do estudo.

O projeto de pesquisa foi construído ao longo do ano de 2018 por meio de diversas oficinas realizadas por meio de encontros entre o grupo de pesquisa e movimentos sociais, tendo como objetivo geral “analisar como vem se constituindo a relação entre os altos índices de mortalidade juvenil e o acesso das juventudes às políticas públicas no Rio Grande do Sul, a fim de subsidiar ações no âmbito da proteção social para esse segmento”. Os objetivos específicos foram os seguintes: a) mapear os dados de mortalidade juvenil por homicídio no Rio Grande do Sul, por meio da análise do Sistema de Informação sobre Mortalidade, a fim de identificar as características dos jovens vítimas da violência letal; b) identificar os territórios de

⁶Importante ressaltar que a presente investigação também contou com os aportes da Bolsa Produtividade em Pesquisa (PQ) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq/MCTI) por meio da concessão voltada para o coordenador do estudo.

maior ocorrência de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre, relacionando com as ofertas de serviço de políticas públicas nessas regiões; c) analisar como vem se constituindo as políticas públicas nacionais e estaduais para as juventudes nos territórios de maior mortalidade juvenil; d) analisar a trajetória das juventudes vítimas de homicídio nas Políticas de educação, assistência social, sócio educação e saúde; e) problematizar como vem se dando a dinâmica da mortalidade juvenil, por meio da análise das concepções dos e das jovens e demais moradores dos territórios com maiores índices de mortalidade juvenil.

A execução da pesquisa ocorreu entre os anos de 2019 até 2022 e envolveram 22 pesquisadores entre professores vinculados à universidade, estudantes de graduação, mestrado e doutorado e membros da frente de enfrentamento à mortalidade juvenil. Para a sua realização foram organizados grupos de trabalho que, com a supervisão do coordenador do estudo, buscaram atingir os objetivos da pesquisa. Ao longo do processo de investigação foram realizadas diversas reuniões, capacitações e rodas de conversa na perspectiva de qualificar as ações da pesquisa e capacitar todos os envolvidos para atender a qualidade científica do estudo.

A investigação foi constituída por meio de três etapas. A primeira etapa buscou aprofundar o tema, bem como encaminhar o presente projeto para as avaliações éticas e científicas da proposta. No âmbito dessa etapa, com as aprovações éticas necessárias para o andamento do estudo, buscou realizar uma análise dos dados de mortalidade juvenil no Brasil e no Rio Grande do Sul, por meio de dados públicos e análise documental dos dados brutos do Sistema de Informação de Mortalidade – SIM. A partir desses dados foi construída uma *cartografia* da mortalidade juvenil em Porto Alegre, levantando dados sobre a situação dos territórios mais particularmente afetados pela mortalidade juvenil.

A segunda etapa da pesquisa buscou analisar as trajetórias de jovens vítimas de homicídios na cidade de Porto Alegre no âmbito das políticas públicas de Assistência Social, Educação e Socio educação (no que se refere ao cumprimento de medida socioeducativa), por meio de uma análise documental nos registros de tais políticas. Para a realização dessa etapa foram selecionados, de forma aleatória,

seis jovens vítimas de homicídios no ano de 2018 nas três regiões mais afetadas pela mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre (somando 18 jovens). Tais informações foram coletadas por meio dos dados fornecidos pela Secretaria de Saúde e presente nos bancos de dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade – SIM. Com base nos dados pessoais das 18 jovens assassinados, foi realizada a análise documental nos registros das políticas públicas no âmbito dos serviços da rede de Assistência Social, Educação, Conselho Tutelar e socio educação; objetivando levantar informações acerca das trajetórias desses jovens no âmbito dessas políticas públicas, com o intuito de analisar os acessos e as lacunas no âmbito da proteção social juvenil. Na *terceira e última etapa da investigação* foram realizadas entrevistas com jovens e familiares moradores dos territórios com maior concentração de índices de mortalidade juvenil na cidade; bem como profissionais que atuam nos territórios que concentram maiores índices de mortalidade juvenil. Foram entrevistadas vinte e três (23) participantes que contribuíram com seus relatos orais para uma compreensão mais aprofundada acerca da realidade do juvenicídio na cidade de Porto Alegre. Compuseram esse grupo nove (9) trabalhadores de políticas públicas que atuam nos territórios com maiores índices de mortalidade juvenil na cidade de Porto Alegre; três (3) responsáveis por jovens que residem em cada um dos territórios investigados e dez (10) jovens com idades entre 14 e 24 anos moradores dos territórios com maiores índices de mortalidade juvenil.

Os resultados da investigação foram analisados de forma coletiva por todos os participantes do estudo e sistematizados e apontam para diversos achados como: I) maior incidência dos índices de mortalidade em jovens na faixa etária dos 18 anos – demonstrando a necessidade de investimento em políticas públicas para esse segmento social; II) forte presença da violência policial, corroborando com a lógica da criminalização da pobreza em territórios periféricos; III) o racismo estrutural aparece nos dados da investigação como pilar de sustentação da mortalidade juvenil no estado do Rio Grande do Sul; IV) a trajetória de violações de direitos e ausência estatal nas trajetórias juvenis – o que demonstram que a mortalidade é expressão trágica de trajetórias de violações de direitos; V) presença da mão punitiva do estado

nas trajetórias juvenis dos jovens assassinados em Porto Alegre, em detrimento da perspectiva da proteção social, entre outros dados.

Todos esses resultados foram sistematizados por meio de um livro de distribuição gratuita em sua versão física e em e-book. Além disso, estão sendo organizadas oficinas de devolutivas nos bairros de maior índice de mortalidade juvenil da cidade, bem como eventos que possam dar visibilidade para os achados da investigação na direção da desnaturalização do fenômeno da mortalidade juvenil. Além da produção de resultados concretos, a experiência da investigação resultou em inúmeros resultados para os participantes da pesquisa, na direção do fortalecimento de estratégias de construções coletivas, tão necessárias diante de tempos de radicalização da racionalidade neoliberal. O principal desafio nos próximos meses é a utilização dos dados coletados na investigação como forma de pressão ao poder público para que possa ser materializada políticas públicas de enfrentamento à mortalidade juvenil no Rio Grande do Sul.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O avanço neoliberal, compreendido como uma racionalidade fundamentada na perspectiva neoconservadora, situa o Brasil em um complexo contexto contemporâneo, onde a ciência e a educação brasileiras têm sido alvo de sucessivos ataques desse projeto de (des)governo, intitulado pela corrente pós-moderna.

Sintetizado em Santos e Costa (2012), a globalização, o neoliberalismo e o pensamento pós-moderno, erguem-se como os três vértices da sustentação da atual fase do capitalismo, é nesse cenário, que surgem essas teorias, com a intenção de destruir alguns elementos importantes na produção do conhecimento, a compreensão e transformação do mundo do valor de troca, que asseguram um conhecimento acrítico da ciência, tecnologia, informação, onde se busca mascarar definitivamente a luta de classes (SANTOS, 2017, p. 42).

Neste estudo tratou-se também, de refletir e problematizar, acerca da produção do conhecimento em Serviço Social sobre juventudes. Aponta-se que essa

profissão pode contribuir, de forma efetiva, para a análise da realidade das juventudes, bem como, com subsídios para a construção de políticas públicas para esse segmento social, que vem sofrendo com inúmeras expressões da questão social. A tradição crítica na produção científica em Serviço Social se constitui em um elemento de grande importância para contrapor à *miséria da razão*, nos termos de Coutinho (1972), presente nos estudos sobre geração diante do cenário atual. Ao longo do artigo procurou apontar breves notas acerca de uma experiência realizada por um grupo de pesquisa em juventude e um movimento social que buscaram se articular para desvendar o fenômeno da mortalidade juvenil, mediado pelas categorias do método dialético, percorreu-se brevemente o processo de construção e experiência da pesquisa, que tinha como objetivo corroborar e subsidiar, a construção de políticas públicas de enfrentamento à mortalidade juvenil no Estado do Rio Grande do Sul e Brasil. Demonstra-se, assim, a importância da construção do conhecimento no âmbito do Serviço Social, que através da produção científica, rompe com o olhar fragmentado da realidade social e fetichizada.

Percebe-se o quanto é desafiador a realidade contemporânea, a ofensiva do Capital com seus tentáculos, está engajado na destruição do conhecimento científico e da educação. Por este fato, é necessário, que sejamos resistência frente aos desmontes na área das ciências humanas e sociais, que é onde se concentra as produções do Serviço Social. Portanto, é urgente a defesa da postura crítica e reflexiva. Assim também, a luta pelo afastamento dos pressupostos educacionais, que são determinados a responder às necessidades da crise capitalista.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. O vilipêndio da COVID-19 e o imperativo de reinventar o mundo. **O Social em Questão**. Rio de Janeiro, n. 49, p. 111-122. Jan./Abr. 2021.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833.

_____. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas

de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Brasília, 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, 6 ago. 2013. Seção 1, p.1.

_____. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**, Brasília, 17 fev. 2017. Seção 1, p.1.

CERQUEIRA, Daniel (Coord.). **Atlas da violência 2018**: políticas públicas e retratos dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: Ipea; FBSP, . 2018.

CHAUI, Marilena de Souza. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

COSTA, Frederico. **A crise estrutural do capital**: o verdadeiro mal-estar da contemporaneidade. In: SANTOS, Deribaldo; COSTA, Frederico; JIMENEZ, Susana (Orgs). *Ontologia, estética e crise do capitalismo contemporâneo*. Fortaleza/Campina Grande: EdUECE/EdUFCG, 2012.

COUTINHO, Carlos, Nelson. **O estruturalismo e a miséria da razão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1972.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

DOMBROWSKI, Osmir. Conservador nos costumes e liberal na economia: liberdade, igualdade e democracia em Burke, Oakeshott e Hayek. **Katálysis**, v. 23, n. 2, p. 223-234, mai./ago, 2020.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista; MACIEL, Ana Lúcia Soares. (Orgs.). **Pós-graduação e produção de conhecimento em Serviço Social**: conjuntura, tendências e desafios. Uberlândia: Navegando Publicações, 2021.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: o neoliberalismo como ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

LESSA, Sérgio. **Escola sem partido e sociedade sem ideologias**. Maceió: Veredas, 2019.

MÉSZÁROS, István. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

MUGGAH, Robert.; PELLEGRINO, Ana Paula. Prevenção da violência juvenil no Brasil: uma análise do que funciona. Brasília: IGARAPÉ, 2020.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao método na teoria social**. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília, p. 668–696, 2009.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contexto, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes; EUGENIO, Fernando (Orgs.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

REGO, Teresa. Cristina. Produtivismo, pesquisa e comunicação científica: entre o veneno e o remédio. Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 40, n. 2, p. 325-346, abr./jun. 2014.

SANTOS, Deribaldo. **Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado**. Instituto Lukács, 2017.

SCHERER, Giovane. Antonio. **Juventudes, (In)segurança e Políticas Públicas: a proteção social no Brasil**. Curitiba: Juruá, 2017.

SILVESTRE, Ana Lúcia; ÁVILA, Fábio Geraldo de; SANTOS, Flávio Oliveira; PEREIRA, Camila Claudiano Quina. Cortes orçamentários na educação: uma ameaça à expansão e consolidação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 2, p. 669–687, mai./ago. 2022.

SILVA, Francisco Vieira da; MORAIS, Edvânia Batista de. Agenda neoliberal, juventude e trabalho: uma análise discursiva de coleções didáticas do Novo Ensino Médio. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 11, n. 2, p. 632–651, mai./ago. 2022.

SPOSATI, Aldaíza. Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. **Katálysis**, v. 10, n. , p. 15-25, 2007.

SPOSITO, Marília. Pontes. **O estado da arte sobre juventude na pós-graduação brasileira: educação, ciências sociais e serviço social (1999-2006)**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

TEIXEIRA, Joaquina Barata, BRAZ, Marcelo. O projeto ético político do Serviço Social. In: **Serviço Social, Direitos e Competências Profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS/, 2009.

TONET, Ivo. Para além dos direitos humanos. **Novos rumos**, n. 37, p. 63-72, 2002.

WAISELFISZ, Julio. Jacobo. **Mapa da Violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil**. Brasília: FLACSO, 2016.

1